

Assédio contra a Petrobras

» SACHA CALMON
Advogado



Fernando Exman faz a análise da situação: “Foi no município de Candeias, a 50 quilômetros de Salvador, que o então presidente Getúlio Vargas pronunciou-se sobre a criação da Petrobras”.

“Era 23 de junho de 1952, e o Congresso ainda discutia o projeto enviado pelo Executivo meses antes. Vargas enfrentava questionamentos em relação ao caráter nacionalista da proposta, que acabou por ser sancionada apenas no fim do ano seguinte: mais especificamente, no dia 3 de outubro de 1953.” A Petrobras completará 69 anos um dia depois do primeiro turno de uma eleição que pode ser determinante para o futuro, o do Brasil.

Naquele discurso de 1952, Vargas aproveitou uma visita à região produtora de petróleo do recôncavo baiano para explicar o modelo escolhido para a empresa.

Primeiro, lembrou que fora na Bahia anos antes, em 1939, que pela primeira vez jorrou petróleo no Brasil. O feito ocorreu depois de inúmeras sondagens, mas a produção dele resultante era apenas suficiente para atender a uma pequena parcela da demanda local. As reservas baianas chegaram a produzir 5 mil barris por dia no fim de 1951.

“Com essa produção, ainda estamos muito longe de atender às necessidades do país, que consome, em média, 130 mil barris diários, prevendo-se que, em 1953, esse consumo atingirá 170 mil”, completou Vargas, que dificilmente poderia imaginar que aproximadamente 70 anos depois o Brasil produziria 2,9 milhões de barris de petróleo por dia.

Ele planejava intensificar as pesquisas na “Amazônia, em outros Estados do Norte e na bacia do Paraná”. No mesmo dia, sinalizou a

conclusão da primeira refinaria do país, na Baixada Santista, e novos investimentos em pesquisa e exploração. Para tanto, explicou, seria necessária a criação de uma empresa para dar unidade e eficiência às ações nesta área. Somado a isso, defendeu a instituição de novas fontes de receita por meio da tributação das atividades do setor.

“O projeto de incorporação da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, ou, mais simplesmente, Petrobras, visa captar, para o desenvolvimento da indústria brasileira do petróleo, as fontes de receita de que necessita e a centralização de iniciativas que lhe é indispensável”, afirmou. Parte desse dinheiro seria paga pelos proprietários de automóveis.

Desde então, muito mudou. Em 1997, por exemplo, a Petrobras perdeu de vez a atribuição de executar o monopólio estatal que a legislação lhe garantia. E ao longo dos anos foi sofrendo mudanças em sua estrutura, repleta de subsidiárias, que um dia chegou a ser chamada de “sistema Petrobras”.

Em 1999, a companhia adotou um novo estatuto a fim de se adequar à lei das sociedades anônimas e às inovações impostas pela nova regulamentação do setor. Anos depois, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou a descoberta de petróleo na camada pré-sal. Sua produção cresceu muito.

Entre os pontos mais baixos da sua trajetória, viu-se a eclosão do escândalo do petróleo e o controle de preços, feito durante o governo Dilma Rousseff. Após o impeachment, foi adotada a política de preços baseada na paridade nas cotações praticadas no mercado internacional — ponto que tem gerado ataques diários do presidente Jair Bolsonaro à Petrobras.

O presidente da República e seu grupo consideram a inflação o maior desafio para a reeleição, sobretudo a alta dos preços dos combustíveis. Para combatê-lo, demonstram disposição de forçar mudanças na composição do conselho de administração da Petrobras, na política de preços da empresa e até mesmo privatizá-la. Como a desestatização total pode levar muito tempo, fala-se, agora, em fatar a companhia para induzir maior concorrência.

Se aquele discurso de Vargas pode hoje ser visto como um marco nas discussões da criação da empresa, é possível prever que alguma declaração de Bolsonaro possa figurar nos livros de história como o prenúncio do fim da Petrobras como ela é hoje. Isso, claro, se o governo não estiver apenas blefando.

Em sua já conhecida estratégia de criar inimigos com o objetivo de evitar debates que o constriam, o presidente Jair Bolsonaro atacou outros Poderes e as urnas eletrônicas. Agora, é a Petrobras que sofre o assédio institucional vindo do Palácio do Planalto e de parte da base aliada. Esse que está aí é um governo radical de direita que deseja a ditadura.

Apressadamente vai vender a Eletrobras e já pensa em vetar determinado grupo. Uma empresa como a Petrobras, símbolo de nossa soberania e promotora da almejada autossuficiência em combustíveis fósseis, ao lado das matrizes eólicas e solar, sem falar nas biomassas, não pode ser privatizada às pressas, somente porque o capitão quer mostrar seu liberalismo “de araque”. De resto, jamais foi liberal na política nem tampouco na economia. Seu perfil é de “estatística” e “autocrata”, tal qual Duda na Polónia e Orban na Hungria. Não queremos autocracia, não ao “bolsonarismo”. O Brasil amadureceu.

O direito de dispor de si

» JAIME PINSKY

Historiador, professor titular da Unicamp, livre docente da USP, autor e coautor de 30 livros

Durante um bom tempo, ensinava-se que, antes de os seres humanos se tornarem agricultores e sedentários, eles não passavam de nômades famintos e infelizes caminhando incessantemente em busca de comida. Hoje, há uma importante corrente de estudiosos que afirma o contrário. Que os homens e mulheres que viviam de caça e coleta tinham grande domínio do seu espaço, distinguiam perfeitamente o que servia e o que não servia para a alimentação, locomoviam-se sabendo quais vegetais e quais animais encontrariam pela frente, tinham uma alimentação balanceada, por força da variedade de comida ingerida, caçavam e coletavam durante poucas horas por dia, apenas o suficiente para se alimentar e ao grupo e eram felizes.

Ao se fixarem em um local, tornando-se agricultores, mudavam para pior, pois viravam servos dos cereais, das vacas e das estações do ano e trabalhavam todos os dias de sol a sol, além de comer apenas o que plantavam, empobrecendo a dieta. Tinham família grande (pois, afinal, cada filho tinha dois braços e apenas uma boca), tornavam-se medrosos (“podem atacar minhas terras”), autoritários e egoístas ao desenvolver o sentimento de propriedade e não conseguiam ser felizes.

Em vários lugares, como nas civilizações ao longo dos rios (Egito, Mesopotâmia, China, Índia), tornou-se necessário estabelecer governos centrais para viabilizar obras destinadas ao aproveitamento adequado da água. Estamos falando de canais, represas e sistemas de irrigação que acabaram transformando camponeses de proprietários de terra em funcionários do governo, de homens livres

em verdadeiros servos. A organização pública, que deveria existir para apoiar os camponeses, vai se tornando a dona, a patroa, a que manda e os agricultores deixam de ser livres para se tornarem, na prática, instrumentos a serviço do Estado todo poderoso.

Até então as tribos tinham suas divindades, modestas, pois seu suposto alcance era limitado, circunscritos ao espaço de moradia, trabalho e atuação de determinado grupo. Não por acaso o próprio Jeová aparece, inicialmente, como deus dos exércitos. Depois, começa a ser visto como o Deus dos hebreus. Só mais tarde, particularmente após o apóstolo Paulo, é que ideias de profetas hebreus, adaptadas por Jesus e bastante alteradas por seguidores perspicazes, vão ser apresentadas como a única possibilidade da verdade divina.

Durante boa parte da Idade Média, particularmente na Europa Ocidental, o papel da Igreja não se resumia a dar assistência e orientação espiritual às pessoas. Ela amplia sua atuação no universo material, como possuidora de muitas propriedades e riquezas. Também desenvolve uma verdadeira ditadura no campo espiritual, pois estabelece quais práticas rituais podem garantir ao fiel o reino dos céus. E, não satisfeita, a Igreja se permite definir, pontificar e cobrar de todos (e as penas para os “pecadores” eram severas), sobre o certo e o errado, o justo e o injusto, o decente e o indecente.

A Revolução Francesa tornou-se um marco da separação entre Estado e Igreja, ou, mais precisamente, entre o poder político e o espiritual. Quase todas as democracias ocidentais estabeleceram uma saudável separação entre a estrutura político-jurídica, representada pelo Estado e as necessidades

espirituais, representadas pela religião (se e quando o cidadão tiver uma). Cabe ao Estado apenas garantir o direito da prática religiosa, livre de imposições, por parte de seus cidadãos, em condições de igualdade; não cabe ao Estado se meter nessa esfera. Por seu lado, cabe às religiões, todas elas, não se meter em assuntos do Estado. São pressupostos básicos de um Estado democrático.

Acontece que os Estados não são tão democráticos assim. Os políticos se acham capazes e no direito de determinar o que uma mulher deve fazer com o seu corpo. (Uma amiga diz que ela sim teria condição de indicar o que a maioria dos políticos deveria fazer com o corpo deles, mas meu artigo não vai enveredar por esse caminho). Muita gente não se conforma com mulheres livres e prefere determinar se elas devem ou não usar véus para não mostrar seus cabelos pecaminosos, túnica escuras, para não revelar o corpo (mais pecaminoso ainda).

Embora não chegando a esses extremos, não se pode negar que há religiões que ainda mantêm as mulheres em um segundo plano. Admito, essa é uma questão interna de cada religião, já que as pessoas são livres para seguir ou não seguir qualquer uma delas, pelo menos no Brasil.

Mas o que uma religião não pode é tentar interferir em questões relativas à saúde pública. Isso não é aceitável em nenhum Estado moderno, particularmente em se tratando de Estado declaradamente laico, como o nosso. Cada mulher é dona do seu corpo e não cabe a políticos, acreditando que assim podem ganhar votos, impedi-las de, finalmente, tomar posse do que é propriedade delas.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Vitória da impunidade?

Com a publicação de nova resolução, (Lei nº 14.230 de 2021), a Lei de Improbidade Administrativa (LIA) foi, formalmente, enterrada, tornando as sanções aplicáveis aos maus gestores públicos, letra morta. Assim, todos os atos de improbidade e de má gestão dos recursos públicos, e que antes acarretavam, além da inelegibilidade, instauração de processos administrativos disciplinares e diversas outras penalidades, que iam da previsão de indenização completa ao erário, devolução do patrimônio ilícitamente auferido até a perda de função pública com suspensão de direitos políticos, chegava ao fim.

Essa era, para muitos juristas, a Lei das Leis e que teria o condão de trazer o Brasil para o século 21, acabando com a roubalheira que há décadas assola grande parte dos mais de 5 mil municípios espalhados por todo o país. Sob o pretexto de que estariam havendo excessos na aplicação dessa norma, prefeitos de todo Brasil fizeram um grande lobby nacional dentro do Congresso, onde, aliás, estão muitos políticos enrolados e respondendo processos por crimes contra o erário. Eles acabaram conseguindo que a Lei de Improbidade fosse literalmente depenada, sem dó ou piedade, por deputados e senadores, tornando essa importante lei, uma norma inócua e sem qualquer efetividade no combate à corrupção endêmica. Vitória da corrupção, que já havia conseguido esfacular as 10 medidas de combate ao crime, além da prisão em segunda instância, que estava, enfim, assegurada. Restava nesse velório da ética pública acabar com o último bastião da moralidade, representado pela Operação Lava Jato.

Eram seis pilhas de um metro quadrado de área por cinco metros de altura cada, contendo notas fictícias de R\$ 100 que ficaram expostas por um longo período na Boca Maldita, principal rua de Curitiba. O monumento simbolizava o montante de R\$ 4 bilhões recuperados pela força tarefa da Lava Jato. É pouquíssimo, se comparado ao volume fantástico de dinheiro desviado por grupos políticos diversos, apenas na última década. É, contudo, muito dinheiro, para os padrões de um país como o Brasil, onde, historicamente, a impunidade e a corrupção sempre foram tratadas de forma parcimoniosa pelas autoridades, sempre constrangidas em punir pessoas e grupos do mesmo estamento social, político e econômico.

Segundo estimativas feitas por técnicos no rastreamento de dinheiro de origem suspeita, o Brasil perde por ano, em média, R\$ 200 bilhões com esquemas de corrupção. Somente com relação à Petrobras, calcula-se que as contas ficaram no vermelho com R\$ 40 bilhões, embora, de forma oficiosa, a estatal tenha divulgado à época um “prejuízo” de apenas R\$ 6 bilhões com desvios de dinheiro dos cofres da empresa.

Para se defender de processos no exterior a estatal apresentou, à época, argumento em cima da tese de que foi vítima da ação dos corruptos, embora a justiça dos Estados Unidos e de diversos outros países, que possuem recursos investidos na empresa, afirmassem que havia muitos funcionários de carreira da Petrobras envolvidos diretamente nesses esquemas nebulosos. Hoje, políticos não podem argumentar de boa-fé que a Petrobras não esteja fazendo bem o seu papel. É bom que seja divulgado que, na verdade, a Petrobras paga mais impostos do que a Apple e Microsoft juntas.

De todas as variáveis possíveis sobre os diversos casos de corrupção que vieram à tona nos últimos anos, a maior certeza e o ponto fundamental que tem possibilitado o prosseguimento das ações é dado pelo apoio maciço da população ao combate de desvio de dinheiro público. A população, principalmente a de baixa renda, sente na própria pele, os efeitos nocivos e mesmo fatais que a corrupção provoca na vida da maioria dos brasileiros.

A longa crise social, econômica e política, dos últimos anos, teve ao menos o condão de mudar a percepção de boa parte da sociedade, não somente para os problemas do país, mas sobretudo para intensificar o desejo e a atitude de muitos em direção aos valores individuais, fazendo florescer nos brasileiros um sentimento mais individualista e voltado exclusivamente para as necessidades imediatas das próprias pessoas.

Os efeitos da corrupção sistêmica, conforme implantada pelos governos petistas e que tinham como objetivos diretos o enfraquecimento do Estado paulatinamente ao empoderamento do partido, apesar das investidas da polícia e de toda a revelação da trama, deram frutos diversos. Uns bons. Outros não tanto. Ao aumentar a descrença na política, retardou a consolidação plena da democracia. As revelações feitas pela política e pelo Ministério Público apresentaram para o distinto público uma elite corrupta e disposta a tudo para enriquecer rápido e sem esforço.

Para um país que conta com mais de 700 mil presos, em condições sub humanas de cárcere, essas revelações serviram muito mais do que um simples incentivo para a ação continuada no mundo do crime. Deram a essa parcela da população a certeza de que a cadeia ainda é lugar para os pobres.

» A frase que foi pronunciada

“ Os estadistas diferem dos políticos porque os primeiros pensam no futuro do país e os segundos nas próximas eleições.”

Winston Churchill